

ÁGORA
ÁGORA

REDESCRIÇÃO DO PROJETO DO TÉRREO: ENSAIO FOTOGRÁFICO
REDESCRIBING THE PROJECT OF THE GROUND: A PHOTOGRAPHIC ESSAY
MARCOS ROSA

Marcos Leite Rosa é Arquiteto e Doutor em Arquitetura e Urbanismo e realiza pesquisa de Pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda habitação coletiva, iniciativas comunitárias, processos colaborativos de projeto e infraestruturas urbanas de grande escala. marcoslrosa@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6401345893097995>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: ROSA, M. L. Redescrição do projeto do térreo: ensaio fotográfico. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/709/709pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este ensaio fotográfico e o texto que o acompanha dão continuidade a um esforço de documentação e atualização com particular interesse nas implicações espaciais de uma experiência de habitação coletiva desenvolvida no fim da década de 1980, o conjunto habitacional do Jardim São Francisco (Demetre Anastassakis, São Paulo). Diferentemente dos produtos espaciais impostos pelo pensamento hegemônico — ditados pela hipercomodificação e pela estandardização da ‘economia urbana’ — essa experiência coletiva oferece uma proposição espacial alternativa, capaz de questionar as práticas e ideologias dominantes. Desenvolvida com base no engajamento com movimentos de luta por habitação, gerou condições de fricção em relação àquelas espacialidades hegemônicas, destacando-se de processos violentos de desenvolvimento e buscando alternativas. Enquanto manifestações de resistência, ajudam a tornar legíveis formas de viver que já estão entre nós e têm ganhado relevância em exercícios investigativos. Para além de um esforço documental, o ensaio fotográfico aqui apresentado, realizado em 2021, ampara um exercício de redescrição, conforme proposto por AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017), à luz da discussão do *Progetto di suolo*, de Bernardo Secchi (1986). Ao questionar e se opor àquela compreensão dominante, o ensaio fotográfico, como exercício de redescrição, desvela aspectos da espacialidade da vida urbana que parecem ter desaparecido, vitalidades locais mascaradas por um aparente declínio. O registro tem a intenção de dar visibilidade a um referencial que permite desarmar nossa percepção, oferecendo um marco à reflexão crítica. Trata-se de um recurso à disciplina de Arquitetura e Urbanismo e referência para processos de decisão e ação alternativos à homogeneização espacial que indicamos como uma base incubadora de espacialidades contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Habitação coletiva, Jardim São Francisco, Redescrição, Solo urbano, Térreo

1 Introdução: preâmbulo

1989, São Paulo. O arquiteto greco-iguaçuano Demetre Anastassakis (1948-2019) coordena a equipe vencedora do concurso para habitação de interesse social no Jardim São Francisco, no município de São Paulo. Desenvolvido para um terreno na zona leste da cidade, o setor 8 ocupava uma área de 103.720 m², “típica da periferia de grandes centros urbanos subdesenvolvidos [caracterizada por] ocupação rarefeita, dificuldades de acesso e deficiências de infraestrutura” (MARINHO, 1990, p. 48). A proposta segue um critério construtivo que articula unidades de habitação, desenvolvendo um raciocínio cujos arranjos resultantes propiciam economia em escala e definem clara intenção no desenho urbano do térreo, o chão da cidade. Essa proposta resultou de uma construção coletiva, como um registro de processos e conhecimento localizados, propiciando o convívio e formas de apropriação do espaço pelos moradores. Sua forma, não estanque, é determinada pela relacionalidade com as próprias unidades de habitação, criando uma interface, limite poroso que oferece alternativa ao enclave urbano.



Fig. 1: Pórtico. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 2: Caminho de Pedestre. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 3: Espaço da Rua.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 4: Viela. Fonte: Rosa, 2021.

O fim da década de 1980 inaugurou uma fase que envolveu novos atores em uma série de experiências pioneiras no campo da habitação coletiva. O crescimento exponencial da população urbana, a expansão territorial e o espraiamento urbano situaram, na segunda metade do século 20, a urgência com que se apresentava a questão da habitação coletiva no Brasil. Frente à crescente favelização e ao déficit habitacional surgiram, no fim dos anos 1970, organizações e movimentos sociais com reivindicações que incluíam habitação e cidades menos excludentes e desiguais (BONDUKI; ROLNIK, 1971, FERRO, 1972; MARICATO, 1979; SAMPAIO, 1995). Alinhada com essa pauta, a academia também participou como um dos atores, no que ficaria conhecido como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MARICATO, 2001). Produto desse contexto, o conjunto desenvolvido pela equipe de Anastassakis se tornaria uma experiência paradigmática. Construído em mutirão e autogestão no governo municipal de Luiza Erundina, desenvolveu-se em um contexto em que a reestruturação da política habitacional figurava como uma prioridade e caracterizaria uma nova postura (BONDUKI, 1996, p. 180).

Aquele momento foi acompanhado pelo subsequente desenvolvimento de arcabouço instrumental no planejamento urbano contra a exclusão social (ROLNIK; CYMBALISTA, 1997), com o objetivo de viabilizar mecanismos governamentais capazes de operacionalizar a produção em escala (MARICATO, 2001). Esse esforço foi seguido por leitura crítica sobre os efetivos alcances e limitações da aplicação desses instrumentos urbanísticos com vistas à construção de cidades democráticas e socialmente justas (FERREIRA, 2003). Nesse sentido, o foco da observação e registro na escala do projeto urbano e da vida cotidiana oportuniza uma discussão sobre a relação entre forma urbana e experiência coletiva — mutuamente impactadas — que parece ganhar legibilidade no térreo permeável e coletivo do São Francisco.

2 Fricções entre a hipercomodificação, estandardização e prescrição

Os anos 2000 foram marcados pela construção massiva de novas unidades habitacionais em todo o país. O contexto de um boom imobiliário e crescimento econômico acelerado permitiu que o governo federal implementasse programas de grande magnitude. O programa federal Minha Casa Minha Vida (2009) viabilizou um volume inédito de subsídios para habitação, para as faixas de renda muito baixas. Foi acompanhado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007), responsável pelo aporte de recursos na construção de infraestrutura, com grande impacto na produção do espaço urbano (RIZEK et al., 2014; ROLNIK et al., 2015). Apesar desses arranjos política-mercado permitirem a produção de habitação acessível em grande escala, “muito do desenvolvimento urbano contemporâneo mina ativamente os próprios tipos de experiências, histórias e relações a partir das quais se pode aumentar substancialmente a subsistência das populações urbanas em expansão” (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. 8, tradução nossa).

Estes investimentos desconsideraram, em grande medida, a demanda por melhoria em unidades e assentamentos já existentes, além de processos em curso organizados há décadas por movimentos de luta por moradia. Com isso, indica-se no padrão hegemônico adotado um gerador de grande impacto na cidade, apesar da baixa qualidade das arquiteturas habitacionais viabilizadas. Os padrões de urbanidade alcançados apontam problemas como sua localização, repetição e baixa qualidade (FERREIRA, 2013). Já em 1972, John Turner verificava a centralização e controle sobre o formato da política pública habitacional por meio do modelo de investimento e execução do plano, além da imposição de uma noção daquilo que habitação deveria ser. O modelo praticado não considerava os entendimentos daqueles que seriam os contemplados pela política habitacional proposta:

A objeção mais comum a mudanças na política pública que aumentariam o controle dos moradores sobre a [produção da] habitação à custa de instituições centralizadas é que, em resultado disso, os padrões seriam reduzidos. Os padrões que os objetores têm em mente, contudo, não são algo que possa ser alcançado com os recursos disponíveis, mas sim representam a própria noção do objeto do que a habitação deve ser (TURNER; FICHTER, 1972, p. 148, tradução nossa).

A imposição de um modelo espacial hegemônico, que ignora a diversidade característica da vida urbana, é um gesto violento. Produtos espaciais e políticas urbanas com frequência resultam de práticas que, justamente, propõem um conjunto de estruturas e processos ideológicos e culturais — ditados por grupos dominantes — que desconsideram processos e conhecimentos não institucionalizados. Esta postura está relacionada às “políticas do conhecimento urbano” (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. XIV, tradução nossa). As mesmas alinham-se com a ideia de hegemonia proposta no campo da teoria política pelo filósofo Antonio Gramsci: ditam uma direção política, protegida por um arcabouço jurídico, legitimada por autoridade intelectual e pelo consenso moral, orientados a calar a maioria (GRUPPI, 1978). Apontam para uma tendência na forma de atuação governamental de uma elite política e de um aparato corporativo a ela associado, que exercem controle sobre as formas de produção e uso do espaço urbano. Isso se dá por meio da prescrição e esvaziamento das capacidades, ideias e recursos da maioria, com o objetivo de manobrar situações onde, de outra forma, não teriam legitimidade e conhecimento.

Os produtos espaciais dessa hipercomodificação e standardização da economia urbana — os condomínios fechados, novos bairros periféricos, unidades habitacionais uniformes e massificadas nas periferias — parcelam (o solo), fragmentam e convertem espaço em propriedade, criando cercamentos reproduzidos *ad infinitum*. Em contradição com esse movimento, encontramos experiências que apresentam condições de fricção em relação àquelas espacialidades. Estas condições de fricção estão manifestadas na organização de formas de resistência ao pensamento hegemônico da produção do espaço. Dessas condições potenciais, movimentos de transição transformam ocasiões de experimentação em um recurso. O projeto da equipe coordenada por Demetre Anastassakis para o Jardim São Francisco figura como uma dessas ocasiões de experimentação, transformadas em um recurso prático e discursivo ao campo disciplinar de Arquitetura e Urbanismo. Sua proposta oferece uma prática e proposição espacial alternativa, capaz de questionar as práticas e ideologias dominantes. Articula arranjos sociais, culturais, ambientais e econômicos em forma construída: um enredamento de espaços articulados que carregam intenção, diferente da espacialização da força hegemônica. O resultado desse raciocínio busca transcender a análise de binários para focar aspectos do espaço em relação à vida urbana que parecem ter desaparecido.

Voltar no tempo, atualizar sua documentação e revisitar aquela experiência, permite-nos contribuir para uma abordagem teórico-histórica e articular aspectos ambientais e de inclusão social muito urgentes. Alinha-se com uma agenda que evolui em torno da vida urbana e do entendimento da cidade como obra perpétua dos habitantes (LEFEBVRE, 1996, p. 178).

3 (Re) descrição

Propomos um descolamento de formas de descrição oficiais amparado a um exercício de redescrição, partindo da compreensão proposta por AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017).

3.1 Descrição

Cidades são arenas onde formas de ação existentes são consideradas, valorizadas, controladas ou legitimadas. As descrições oficiais controladas pelas cidades definem as regras e os hábitos, as possibilidades e as restrições. Há, no entanto, inúmeras formas de transgressão que coexistem com as práticas hegemônicas, apesar de muitas vezes não serem reconhecidas e legitimadas. Essa dualidade está presente na potência imaginativa das cidades, promovida por experiências e formas de sociabilidade e governança. Robinson (2016) sugere gerar conhecimento a partir de atos comparativos, buscando reconstituir uma gama de possibilidades para o que o urbano é e aquilo que pode ser. Dessa perspectiva, a experiência retratada forma parte de um corpo de conhecimento maior que ela, em construção. Esse processo corresponde tanto quanto diverge de referenciais prévios e narrativas convencionais. Aponta para formas de urbanização que são e que estão no presente, enquanto experimentam novas formas de engajamento, processos de projeto e governança.

3.2 Redescrição

Como método, a redescrição permite compor aquilo que o conhecimento urbano pode ser, tanto quanto aquilo que ele é. Conforme Simone e Pieterse, o sentido da redescrição (*re-description*) está relacionado aos espaços de n-dimensões de Celia Lury (2012), ou seja, estados de existência que poderiam ser (*might be*). Não se trata apenas de projetar imaginários possíveis de futuro. Trata-se de redescrever condições existentes — encontradas na cidade — como componentes de um processo que pode estar ocorrendo nesse exato momento, apesar de ser opaco, obstruído ou taxado de inoperante, por conta da perspectiva a partir da qual é observado. A oportunidade está na aspiração por fazer as coisas de outro modo, potencializada por enxergar naquilo que ‘está’ algo distinto daquilo que já estamos vendo, ou cujo aparente declínio parece mascarar o caráter obstinado das vitalidades locais (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. 11).

Ao sugerir a redescrição, portanto, a intenção deste ensaio fotográfico é desvelar espacialidades com base em uma forma particular de revisitar sua história. Por meio do registro fotográfico, debruçar-se sobre o que já existe visa tornar legível algo que não parece ser visto, por consequência não se configurando como um recurso ou referência para processos de decisão e ação. Com lastro na espacialidade do ambiente construído, buscamos condições e componentes que indiquem um possível devir, ou seja, aquilo que pode fazer existir, tornar, modificar. É nestas interfaces que encontramos pontos de interseção que podem servir como um lugar de redescrição.

4 Projeto do solo: o térreo urbano

Em 1986, Bernardo Secchi publica *Progetto di suolo* na revista Casabella. O artigo reage à profunda tendência de fragmentação observada na forma de pensar o território urbano com base no projeto para o solo, o térreo da cidade. Apesar da marginalidade do tema, Secchi chama a atenção para sua relevância e relaciona essa fragmentação a uma divisão identificada em duas formas segregadas de produção do térreo nas cidades: a produção da arquitetura como de objetos autônomos e a mera aplicação técnica de uma interpretação codificada, padronizada e universal das funções urbanas. Essa discussão recobrou fôlego recentemente. Mantziaras e Viganò (2016) lembram que as regras convencionais do jogo são inadequadas ao seguirem a lógica exclusiva da produção em massa da casa e do espaço urbano como unidades separadas, gerando cercamentos e a promoção de infraestrutura estandardizada.

Aqui, apontamos ressonâncias topológicas de experiências, um conjunto de relações e práticas sobre o espaço habitado, coproduzido e vivido. Estas constituem formas de reivindicar o mundo contra esses cercamentos, que priorizam a individualidade, desconsiderando corpos e experiências. Estamos particularmente interessados nas implicações espaciais desses processos, ao considerar a forma como articulam pressões ambientais e sociais na construção do térreo urbano. O

foco de interesse são experiências que conseguiram destacar-se de processos violentos de desenvolvimento urbano, ao providenciarem espaço para reflexões conflituosas, sem “achatar” divergência e diferença. Com esta referência, indicamos a experiência como uma base incubadora de espacialidades contra-hegemônicas. Em resposta às demandas colocadas pelos movimentos sociais, as arquiteturas formuladas partem de lugares de produção coletiva onde são gerados modelos e experiências inovadores. Suas matrizes espaciais diferem radicalmente da monotonia verificada na despersonalização e falta de autenticidade decorrente da seriação dos grandes conjuntos.

5 Redescrição: o térreo da habitação no Jardim São Francisco

Com base na tipologia de uma casa tradicional brasileira, elementos conhecidos da cidade — a rua, a quadra, o lote, a vila — organizam a espacialidade do bairro. Agrupados, conjuntos de casas de diferentes tipologias conformam estrutura perimetral à quadra, no alinhamento com a rua. Desde a rua, caminhos de pedestres partem de pórticos e cortam as quadras, conectando outros conjuntos de casas no miolo da quadra. A superfície do térreo acompanha a topografia do terreno, alterando-a o mínimo possível e definindo uma composição diversa de situações urbanas derivadas dos encontros entre casas e rua. A presença de pátios e pórticos com entradas para o meio do lote forma uma unidade do conjunto com a rua, articulando o doméstico com o público e buscando integrar o conjunto à cidade. Organiza-se um espaço coletivo que aumenta a permeabilidade entre as edificações por meio de acessos visuais e físicos.

O raciocínio empregado no desenvolvimento do conjunto toma como referência a casa popular, desenvolvida como uma estrutura embrionária. Partindo dessa ideia, recuos e lajes são pensados em diferentes tipologias de unidades de habitação para receberem ampliações posteriores de forma incremental. Cada arranjo resultante de oito unidades forma uma vila com pátio interno. Aplica-se um critério construtivo básico, a fim de garantir economia de escala. Módulos são combinados de forma a gerar variações volumétricas na implantação e altura, contemplando fatores como densidade e complexidade. A aplicação de um conjunto de regras define tipologias espaciais da cidade tradicional como a esquina, a varanda e o pátio. Uma vez superpostas, as diversas combinações de tipologias habitacionais são organizadas em aglomerados, determinando o espaço urbano coletivo (MENDES; CELANI, 2012). No térreo, esse espaço é delimitado pela fronteira entre as unidades habitacionais e a rua, os caminhos para pedestres e duas praças.

Os elementos arquitetônicos articulam a transição entre dentro — o espaço doméstico — e fora — o espaço coletivo. Incluem o todo, seu volume, dimensões e proporções, detalhes, materialidade e propriedades de superfície, além da experiência cotidiana, caracterizada pela diversidade de usos e formas de apropriação no tempo. Os elementos de interface entre o doméstico e o coletivo incluem acessos físicos e visuais que podem ser abertos, como pórticos, escadarias, rampas, portões, portas e janelas, constituídos de materiais com níveis distintos de transparência. Outros elementos como alpendres, nichos e recuos, projeções de laje, varandas, espaços sob escadas e entre pilares podem gerar vitalidade ao contribuir com o caráter do lugar, definindo a topografia do térreo. Adicionalmente, objetos como caixas de correio, placas, nomes de rua, bancos, vasos e luminárias contribuem para a caracterização do espaço.

A forma e o volume do térreo resultam do entrosamento da arquitetura com os inúmeros modos de apropriação previstos e o espaço da rua. Ou seja, os módulos habitacionais têm papel definitivo na determinação do espaço comum “entre” as casas, criando uma unidade coletiva de espaço que conecta e se relaciona com o doméstico. Esse espaço não é uma abstração — uma proposta técnica promovida pela cidade ou pelo incorporador (ALEXANDER, 1985) —, mas uma expressão coletiva da vontade dos moradores. Isso faz deles responsáveis por coproduzir uma unidade coesa e autêntica de espaço compartilhado que configura o térreo desses conjuntos, onde os “espaços são contínua e contiguamente apropriados por todos: não há ‘vazios’” (ANASTASSAKIS; CASCON, 2012, p. 46-47).

Nesta proposta, lê-se a capacidade do espaço de definir um campo de ação com precisão (JANSON; WOLFRUM, 2006), que caracteriza o térreo urbano comum. Tal capacidade define a abertura à apropriação como algo que não equivale ao acaso (ZOLLER, 2018). Diferente disso, a interface definida no térreo, o “espaço entre”, é criada pelos elementos arquitetônicos cuja formatação e inserção urbana foi negociada junto dos futuros moradores, desenhada com sua própria identidade e expressão de seu desejo.



Fig. 5: Miolo de quadra.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 6: Acessos. Fonte: Rosa, 2021.





Fig. 8: Recortes. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 9: Passagem. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 10: Mirante. Fonte: Rosa, 2021

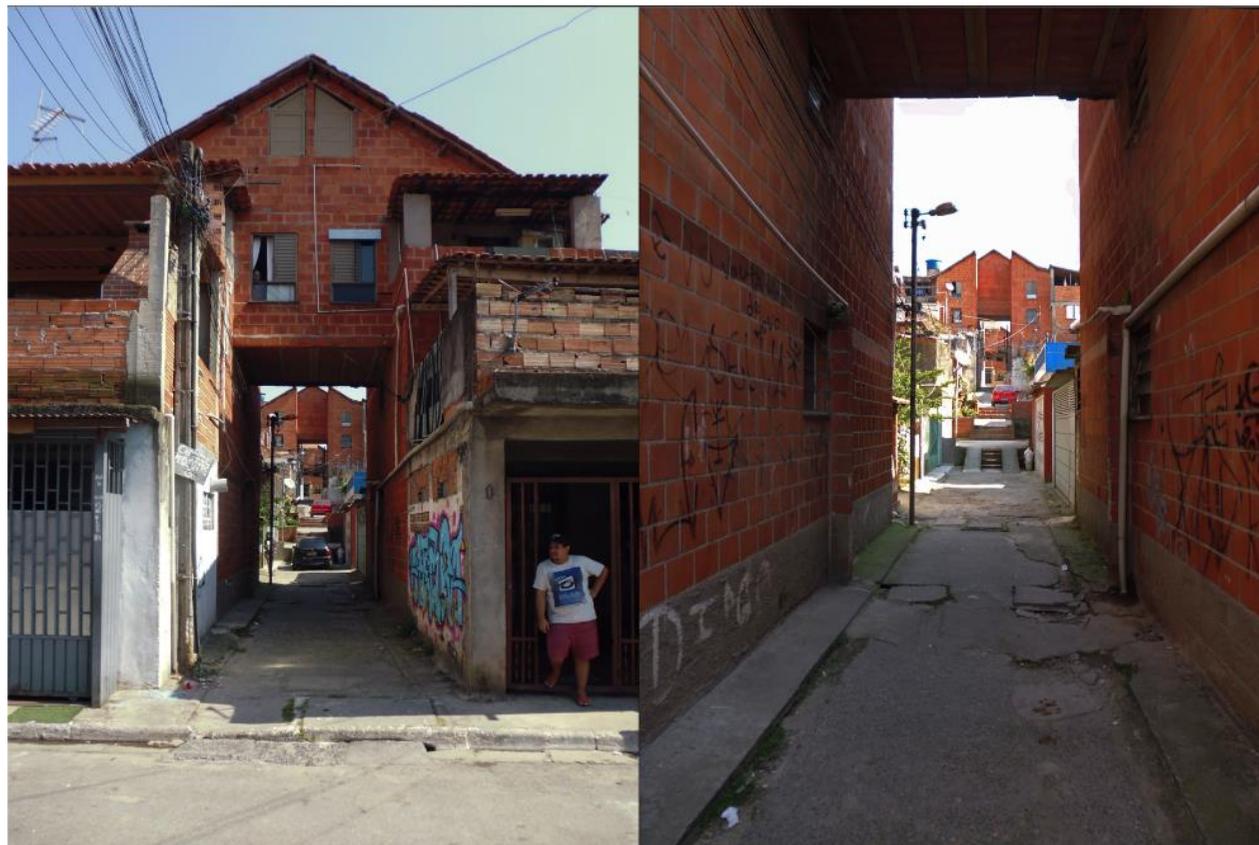


Fig. 11: Pórtico e caminho de pedestre. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 12: Miolo de quadra.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 13: Miolo de quadra
e arranjo. Fonte: Rosa,
2021.

6 Notas sobre o gesto fotografico

Entrelaçado ao texto, o ensaio fotografico realizado em 2021 também constitui as bases para a argumentação e redescricao. O objetivo não é apresentar evidências visuais e traduzi-las textualmente, mas desenvolver a relação entre essas duas formas de produção de conhecimento.

Com isso, para além de um esforço documental, as fotografias amparam o exercício de redescritção de condições existentes, encontradas na cidade, à luz da discussão do *Progetto di suolo*. Incluem também uma redescritção do ato de olhar, de formas possíveis de observar, analisar e incidir nos processos de produção do espaço e de suas histórias. Roland Barthes (1984) refuta o entendimento da foto como representação autêntica e registro verossímil do mundo, chamando a atenção ao referente fotográfico colocado em relação à câmera, sem o qual não haveria fotografia. Vilém Flusser define a fotografia como uma "descrição bidimensional de um gesto", sugerindo "considerar a própria fotografia através do ver fotográfico" (FLUSSER, 2019, p. 42). Esta abordagem mostra a situação estruturada pela intenção e intuito do investigador que não está fora da situação que observa: ambas as situações se interpenetram em uma única (FLUSSER, 2019, p. 44). Nesse sentido, importa tratar dos procedimentos adotados para a realização do gesto fotográfico pelo pesquisador para a produção das imagens.

Nenhuma fotografia é neutra. O ato de fotografar não é algo ingênuo nem deve ser naturalizado como um fato em si. Em uma operação localizada no próprio evento fotográfico, a potencialidade da fotografia pode tornar algo visível. A imagem resultante não é mera documentação técnica de uma situação construída, mas problematiza questões que se propõe redescrever. O primeiro ato nessa direção foi o afastamento crítico de imagens panorâmicas, que simplificam a complexidade do lugar e suas agências ao distanciar o olhar e "achatar" a realidade (LATOURE; HERMANT, 1998). As fotografias foram realizadas durante visitas ao conjunto e foram tomadas desde o espaço da rua e dos caminhos de pedestres públicos. Foram privilegiados pontos de fuga centrais às imagens, enquadradas na altura dos olhos humanos, registrando uma sequência por todo o conjunto. A estrutura do espaço na interface do térreo, de caráter público e acessível, foi o que permitiu adentrar o conjunto. Desde este lugar, o gesto de fotografar foi precedido por aproximações com moradores, buscando provocar conversas sobre o morar naquele conjunto, sobre sua história de luta, sobre a pesquisa, os motivos das visitas e o próprio ato de fotografar. As oportunidades para esses encontros ocorreram ao acaso, conforme situações vividas no momento das visitas, algumas das quais são retratadas nas imagens. As fotos revelam uma espacialidade resultante dos processos envolvidos naquela experiência. Os encontros oportunizaram momentos continuados de troca entre moradores e pesquisadores.

Embora essas (breves) notas não tenham a intenção de constituir uma reflexão aprofundada sobre o gesto fotográfico, sugerem a ideia de que a redescritção também pode ser um exercício útil para colocar questões a respeito do próprio ato de fotografar e de sua agência como um gesto do olhar. Pensar o gesto fotográfico como parte do procedimento metodológico da redescritção inclui uma série de complexidades, potencialidades e desafios que podem ser evidenciados. O próprio gesto de fotografar é uma instância política a ser problematizada. Ele pode assumir o direito de não participar do projeto hegemônico. Por outro lado, indica uma disputa sobre como a fotografia pode colaborar com um ato de reimaginar saídas ao descolonizar a imaginação espacial (AZOULAY, 2019). Ao associar a redescritção ao gesto de fotografar, problematizamos os modos hegemônicos de ver a cidade.

7 Considerações finais

Diferentemente da tendência generalizante e dos imaginários que carregam, as condições no "chão" são menos homogêneas, mais desiguais, turbulentas e voláteis. Isso se deve à competição dura pela terra para a construção de habitação e desenvolvimento urbano. Divergindo do pensamento hegemônico e de seus produtos espaciais, experiências alternativas de transformação urbana derivam da intersecção de diferentes formas de viver, de histórias, de registros culturais, de capacidades econômicas, de relações de proximidade, de formas de colaboração e de compartilhamento. Os resultados passam por arquiteturas capazes de transformar a vida cotidiana, abrindo espaço para novas imaginações políticas do urbano, nas quais podemos indicar espacialidades contra-hegemônicas.

Essas experiências estão inseridas em um paradoxo. Por um lado, vislumbram uma alternativa para a demanda urgente e massiva por melhorar e qualificar a estrutura urbana — a fim de atenuar o impacto ambiental do desenvolvimento urbano e promover a igualdade e cidadania. Por outro, convivem com uma série de modalidades de desenvolvimento urbano hegemônicas, super formatadas, executadas pelos agentes governamentais e corporativos, incapazes de abarcar infraestruturas e economias construídas e geridas por comunidades, minando-as.

Apesar das limitações iniciais de escala, a experiência em tela está enredada a um corpo de conhecimento cuja articulação revela uma potência que transgride as narrativas hegemônicas. Essa potência ressoa a partir de situações muito particulares, transgressões do real capazes de chacoalhar uma realidade engessada e naturalizada. O registro fotográfico como exercício de redescritção tem a intenção de dar visibilidade a um referencial que permite desarmar nossa percepção, oferecendo um marco à reflexão crítica.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à pesquisa, processo nº 2020/11918-2.

Referências

ALEXANDER, C. **The production of houses**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

ANASTASSAKIS, D.; CASCON, P. **O São Francisco Setor 8: 20 anos depois, na visão dos arquitetos**. In: PMSP. Jardim São Francisco. Projeto Global de Urbanização. Série Novos Bairros de São Paulo. São Paulo: PMSP, 2012.

AZOULAY, A. A. **Potential history: unlearning imperialism**. Londres: Verso, 2019.

- BARTHES, R. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- BONDUKI, N. G. (org.). **Habitat**: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- FERREIRA, J. S. W. Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. In: **Conferência das Cidades**, n. 5, 2 dez. 2003, Brasília. Disponível em: https://labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/ferreira_alcancelimitesinstrumentos.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.
- FERREIRA, J. S. W. Sustentabilidade dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida: inserção urbana e qualidade arquitetônica. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. In: **Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social**, n. 60, 15 a 17 maio, 2013, Brasília.
- FERRO, S. **A casa popular**: arquitetura nova. São Paulo: GFAU, 1972.
- FLUSSER, V. O gesto de fotografar. **Artefilosofia**, n. 26, jul. 2019, p. 41-51.
- GRUPPI, L. **El concepto de hegemonía en Gramsci**. Cidade do México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.
- JANSON, A.; WOLFRUM, S. Kapazität: Spielraum und Prägnanz. **Der Architect**, Berlim, n. 5-6, p. 50-54, 2006.
- LATOUR, B.; HERMANT, E. **Paris**: Invisible city. Paris, 1998.
- LEFEBVRE, H. **Writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996.
- LURY, C. Going live: towards an amphibious sociology. **Sociological Review**, [s. l.], n. 60, p. 184-197, 2012.
- MANTZIARAS, P.; VIGANO, P. (org.) **Le sol des villes**: ressource et projet. Genebra: Métis Presses, 2016.
- MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARINHO, G. Habitação Popular: Contraponto à massificação. **AU: revista arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n. 30, jun.–jul. 1990, p. 48-49.
- MENDES, L. T.; CELANI, M. G. C. Uma gramática da forma para análise de habitação de interesse social no Brasil: O caso do conjunto habitacional Jardim São Francisco. In: Seminário Internacional NUTAU: BRICS e a Habitação Coletiva Sustentável, n. 9, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: https://www.usp.br/nutau/nutau_2012/trabalhos.html. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, [s. l.], n. 40, p. 3-29, 2016.
- RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546; set.–dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19741>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. (org.). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Pólis: estudos, formação e assessoria em políticas sociais**, São Paulo, n. 29, 1997.
- ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**; v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/18863/16807>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROSA, M. L. **Conjunto Habitacional Jardim São Francisco**. 195 fotografias digitais. Arquivo particular. 2021.
- SAMPAIO, M. R. A. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 19-33, 1995.
- SECCHI, B. Progetto di suolo. **Casabella**, Milão, a., n. 520/521, jan.–fev. 1986, p. 19-25.

SIMONE, A.; PIETERSE, E. **New urban worlds**: inhabiting dissonant times. Cambridge: Polity Press, 2017.

TURNER, J.; FICHTER, R. (org.). **Freedom to build**: dweller control of the housing process. Nova Iorque: MacMillan, 1972.

ZOLLER, D. Space in-between. In: WOLFRUM, S.; STENGEL, H.; KURBASIK, F.; KLING, N.; DONA, S.; MUMM, I.; ZOEHRER, C. (org.). **Porous city**: from metaphor to urban agenda. Basileia: Birkhäuser, 2018, p. 90-95.